



**DECRETO GAB N.º 103/2023.**

Regulamenta o regime de transição para a integral aplicabilidade da Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021 e a utilização da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei Federal n.º 10.520, de 17 de julho de 2002 e dos arts. 1º a 47-A da Lei Federal n.º 12.462, de 4 de agosto de 2011, após 30 de dezembro de 2023, no âmbito do Poder Executivo do Município de Trindade, Estado de Pernambuco.

**A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE TRINDADE, ESTADO DE PERNAMBUCO**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e,

**CONSIDERANDO** a Lei n.º 14.133/2021 – Lei de Licitações e Contratos Administrativos – que estabelece as normas gerais de licitação e contratação para todos os entes federativos;

**CONSIDERANDO** a extensão e a complexidade das inovações trazidas pela Lei n.º 14.133/2021, bem como o seu impacto sobre as licitações e os contratos deste Município ao longo dos exercícios futuros, o que demanda uma estratégia de adaptação a nova sistemática;

**CONSIDERANDO** que o regime de transição normativa estabelecido pela Lei n.º 14.133/2021 – mediante o art. 191 combinado com o art. 193, inciso II, alterado pela Lei Complementar Federal n.º 198, de 28 de junho de 2023 – findará em 30 de dezembro de 2023;

**CONSIDERANDO** que a Lei n.º 14.133/2021, em seus arts. 191 e 193, inciso II, ao estabelecer prazo de pouco mais de dois anos para operar a revogação da Lei n.º 8.666/1993, da Lei n.º 10.520/2002 e dos arts. 1º a 47-A da Lei n.º 12.462/2011, facultou à Administração – nesse interregno de transição entre os regramentos jurídicos – licitar ou contratar diretamente conforme seu texto ou de acordo com as leis antecedentes até então vigentes;

**CONSIDERANDO** o teor do parecer n.º 00006/2022/CNLCA/CGU/AGU que, ainda quando não havia prorrogação da vigência do regime antigo (Lei 8.666/1993, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011) – através da Medida Provisória Federal n.º 1.167, de 31 de março de 2023 e da Lei Complementar n.º 198/2023 –,





propugnou inexistir óbice legal e de gestão para “licitar ou contratar sob o regime licitatório anterior” até 31 de março de 2023, desde que por expressa manifestação da autoridade competente durante a fase preparatória do processo, o que, trazendo para a atual conjuntura, seria até o dia 29 de dezembro de 2023, isto é, um dia antes da nova data de revogação da Lei n.º 8.666/1993, da Lei n.º 10.520/2002 e dos arts. 1º a 47-A da Lei n.º 12.462/2011;

**CONSIDERANDO** o Comunicado n.º 13 da Secretaria de Gestão do Governo Federal, de 31 de dezembro de 2022, que aconselhou pela delimitação de “prazo final para a publicação do edital ou do aviso de contratação direta”;

**CONSIDERANDO** o acórdão n.º 507, de 22 de março de 2023, do Plenário do Tribunal de Contas da União no Processo n.º TC 000.586/2023-4 que, ainda quando não havia prorrogação da vigência do regime antigo, decidiu, por unanimidade, que “os processos licitatórios e os de contratação direta nos quais houve a ‘opção por licitar ou contratar’ pelo regime antigo (Lei 8.666/1993, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011) até a data de 31/3/2023 poderão ter seus procedimentos continuados com fulcro na legislação pretérita, desde que a publicação do Edital seja materializada até 31/12/2023”, o que, trazendo para a atual conjuntura, os processos licitatórios e os de contratação direta nos quais houver a opção por licitar ou contratar pelo regime antigo até a data de 29/12/2023 poderão ter seus procedimentos continuados com fulcro na legislação pretérita, desde que a publicação do Edital seja materializada até o marco temporal a ser definido neste Decreto;

**CONSIDERANDO** a necessidade de se definir o marco temporal a ser utilizado para a aplicação dos regimes licitatórios que serão revogados pela Lei n.º 14.133/2021, e assim – em prestígio à segurança jurídica – uniformizar a aplicação da norma no âmbito do Poder Executivo do Município de Trindade/PE; e

**CONSIDERANDO** a possibilidade de uniformização e compatibilização dos prazos limite para a publicação do edital ou do aviso de contratação direta.

**DECRETA:**

**Art. 1º** Este Decreto regulamenta a transição para o regime de licitação e contratação estabelecido pela Lei n.º 14.133/2021, dispondo sobre as regras a serem observadas no âmbito da Administração Pública municipal direta, autárquica e fundacional quando optar por licitar ou contratar pela Lei n.º 8.666/1993, Lei n.º 10.520/2002 e os arts. 1º a 47-A da Lei n.º 12.462/2011 nos prazos legais.

**Art. 2º** Durante o período de convivência legislativa prevista no art. 191 da Lei







n.º 14.133/2021, que vigorará até 29 de dezembro de 2023, os novos processos licitatórios e de contratação direta deverão constar no Termo de Referência a indicação expressa da opção pelo regime legal aplicável, levando em consideração, para o exercício da opção, os prazos previstos no art. 3º deste Decreto.

**§ 1º** É vedada a aplicação combinada da Lei n.º 14.133/2021 com a Lei n.º 8.666/1993, a Lei n.º 10.520/2002 e os arts. 1º a 47-A da Lei n.º 12.462/2011, consoante disposição expressa do art. 191 da Lei n.º 14.133/2021.

**§ 2º** Os órgãos da Administração Pública municipal direta, autárquica e fundacional, quando executarem recursos da União, decorrentes de transferências voluntárias, deverão observar as regras vigentes que regulamentam os respectivos procedimentos em âmbito Federal, exceto nos casos em que a lei ou regulamentação específica dispuser de forma diversa.

**Art. 3º** A partir de 30 de dezembro de 2023, os processos licitatórios e de contratação direta em andamento devem atender às seguintes diretrizes:

**I** - se a fase preparatória estiver com a etapa de elaboração do Termo de Referência concluída até 29 de dezembro de 2023, poderá permanecer sendo processado de acordo com o regime da Lei n.º 8.666/1993, da Lei n.º 10.520/2002 e dos arts. 1º a 47-A da Lei n.º 12.462/2011, conforme o caso, desde que a publicação do edital ocorra até 30 de junho de 2024;

**II** - os certames com editais já publicados que se encontrem adiados ou suspensos em 29 de dezembro de 2023 podem retornar seu processamento de acordo com o regime legal anterior à Lei n.º 14.133/2021, desde que os atos de retomada, inclusive eventual necessidade de republicação do edital, sejam praticados até 30 de junho de 2024;

**III** - os processos licitatórios e as contratações diretas podem permanecer regidos pela Lei n.º 8.666/1993, Lei n.º 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei n.º 12.462/2011, conforme o caso, desde que:

**a)** sejam remetidos ao setor de contratações, mediante documento oficial, até 29 de dezembro de 2023, devidamente instruídos com o Termo de Referência ou Projeto Básico com a indicação expressa da autoridade competente da opção pelo regime legal aplicável, qual seja, Lei n.º 8.666/1993, Lei n.º 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei n.º 12.462/2011.

**IV** - os processos de credenciamento regidos pela Lei n.º 8.666/1993, deverão seguir as seguintes regras:

**a)** os que estiverem com edital publicado até 29 de dezembro de 2023 somente deverão admitir a celebração de novos termos de credenciamento até 31 de dezembro de 2024;

**b)** aqueles cuja fase preparatória estiver com a etapa de elaboração do Termo de Referência concluída até 29 de dezembro de 2023, poderá permanecer sendo processado de acordo com o regime da Lei n.º 8.666/1993, desde que a publicação do





editais ocorra até 30 de junho de 2024 e apenas admita a assinatura de termos de credenciamento até 31 de dezembro de 2024.

**Art. 4º** As atas de registro de preços, contratos, termos de credenciamento e aditamentos decorrentes de procedimentos administrativos conduzidos sob a égide da Lei n.º 8.666/1993, da Lei n.º 10.520/2002 e dos arts. 1º a 47-A da Lei n.º 12.462/2011 – e dos atos normativos municipais que as regulamentam – permanecerão regidos por esses diplomas legais durante toda sua vigência, incluindo eventuais prorrogações.

**Art. 5º** Os processos licitatórios e de contratação direta regidos pela Lei n.º 8.666/1993, Lei n.º 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei n.º 12.462/2011 que não tiverem a publicação do edital ou o ato de ratificação da contratação direta realizada até 30 de junho de 2024, deverão ser cancelados, devendo obedecer, uma vez reabertos, os comandos contidos na Lei n.º 14.133/2021.

**Art. 6º** Com o propósito de consumir a segurança jurídica e a transparência dos processos licitatórios e de contratação direta regidos pela Lei n.º 8.666/1993, Lei n.º 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei n.º 12.462/2011 após 30 de dezembro de 2023, o setor de contratações providenciará publicação (ANEXO I) em que conste todos os procedimentos que se adequam ao estabelecido no art. 1º deste Decreto.

**Art. 7º** A publicidade dos procedimentos contemplados pelo art. 1º deste Decreto se dará conforme a veiculação cabível a Lei n.º 8.666/1993, a Lei n.º 10.520/2002 e aos arts. 1º a 47-A da Lei n.º 12.462/2011.

**Art. 8º** A Secretaria de Administração poderá editar normas complementares necessárias à execução do disposto neste Decreto.

**Art. 9º** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

**GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE TRINDADE, ESTADO DE PERNAMBUCO, 29 DE DEZEMBRO DE 2023.**

HELBE DA SILVA  
RODRIGUES

NASCIMENTO: 03264762455

Assinado de forma digital por

HELBE DA SILVA RODRIGUES

NASCIMENTO: 03264762455

Dados: 2023.12.29 15:16:07 -03'00'

**HELBE DA SILVA RODRIGUES NASCIMENTO**

